

Questão 01 - Língua Portuguesa

Uma das características dos enunciados linguísticos é a sua coerência, compreendida como inserida nas condições do próprio texto. O pensamento em que se respeita a coerência lógica é:

Resposta:

- A “O Brasil é o único país do mundo em que peixe morre afogado”.
 - B “O carro que mais se vende no Brasil é o carro usado. Por que as montadoras não passam a fabricar carros de segunda mão?”.
 - C “O homem é a única criatura que consome sem produzir”.
 - D “Deve-se gastar enquanto jovem o dinheiro que se ganhará depois de velho”.
 - E “Tenho dinheiro suficiente para o resto da vida. Desde que não compre nada”.
-

Questão 02 - Língua Portuguesa

Todas as frases seguintes se estruturam a partir de uma comparação, exceto uma. **A exceção é:**

Resposta:

- A “Um homem que rouba por mim fatalmente roubará de mim”.
- B “As guerras são como ir ao cinema: pagamos o ingresso, assistimos ao filme e, uma hora depois, esquecemos tudo”.
- C “A guerra é o capitalismo sem luvas”.

- (D) “Um intelectual é um sujeito que não sabe estacionar uma bicicleta”.
- (E) “No Brasil, lei é como vacina. Umas pegam, outras não”.
-

Questão 03 - Língua Portuguesa

Uma das marcas bem comum aos textos é a intertextualidade, ou seja, a presença de outros textos anteriores no que é produzido. A frase que mostra **ausência** de alusão a outro texto é:

Resposta:

- (A) “Pode-se enganar todo mundo o tempo todo se a campanha estiver certa e a verba for suficiente”.
- (B) “A classe operária pode ir para o paraíso, mas muitos pingentes ficarão pelo caminho”.
- (C) “Se Deus realmente ajuda a quem cedo madruga, ninguém seria fuzilado às cinco da manhã”.
- (D) “Os pobres herdarão a terra. Sete palmos dela, pelo menos”.
- (E) “O poder sem abuso perde o encanto”.
-

Questão 04 - Língua Portuguesa

A frase abaixo que se mostra inteiramente correta em termos gramaticais é:

Resposta:

- (A) “Prefiro ser um oportunista e flutuar do que ir ao fundo com meus princípios amarrados ao pescoço”.

- B** “A força é o mais desagradável dos instrumentos de corda”.
- C** “Os condenados a morte são contagiosos”.
- D** “Só Deus dá a vida e só Ele pode tirar-la”.
- E** “Só tenho poder para dar crédito a eu mesmo, e não preciso de crédito”.
-

Questão 05 - Língua Portuguesa

“Antes de se eleger, o político brasileiro não tem pai, irmão ou primo – apenas eleitores. Depois de eleito, esquece os eleitores e só se lembra dos parentes.” (Fausto Silva)

Nessa frase do popular apresentador Faustão, o termo “parentes” é empregado como termo geral que engloba “pai, irmão ou primo”. A frase em que o termo geral sublinhado engloba adequadamente os termos anteriores ou posteriores é:

Resposta:

- A** “Deixara as cartas, os telegramas e os bilhetes dentro de uma caixa, mas queimara toda a parafernália num dia de bebedeira”.
- B** “Levara calças, camisas, meias, cuecas para a nova casa e não se preocupou com as demais peças”.
- C** “Na caixa, estava todo o material escolar esquecido nas salas de aula: canetas, lápis, agasalhos, livros, cadernos e até um cartão de crédito”.
- D** “O carpinteiro levava todas as ferramentas: pedaços de madeira, martelos, serrotes, chaves, pregos etc.”.
- E** “Na exposição, havia pinturas, esculturas, gravuras e outros utensílios de épocas passadas”.

Questão 06 - Língua Portuguesa

“O escritor joga com a linguagem. Mas, ao contrário de se jogar com cartas, com a linguagem a coisa é interminável, porque há milhares de cartas”.

Em linguagem figurada, os “milhares de cartas” no trabalho do escritor representam

Resposta:

- A** a quantidade imensa de vocábulos no léxico de uma língua.
- B** a enorme variedade de tipos de textos.
- C** a multiplicidade de estruturas disponíveis na escrita.
- D** o número infindável de enredos das narrativas.
- E** a grande disponibilidade de sons das palavras.

Questão 07 - Língua Portuguesa

Uma narrativa é basicamente caracterizada pela evolução cronológica dos fatos. Observe o segmento seguinte, retirado de uma fábula, e aponte as palavras que constroem parte dessa evolução.

“Um cachorro atravessava um pequeno rio com um osso na boca; ao ver sua imagem na água, o animal achou que um outro cão carregava um outro osso, muito maior do que o seu; por isso, largou o que carregava...”.

Duas formas verbais que marcam evolução cronológica são:

Resposta:

- A atravessava / ao ver.
 - B atravessava / carregava.
 - C ao ver / carregava.
 - D achou / largou.
 - E largou / carregava.
-

Questão 08 - Língua Portuguesa

“A única maneira de se conservar a saúde é comer o que não se quer, beber o que não se gosta e a recusa do que se preferiria não recusar”.

Essa frase tem um problema de construção, que é:

Resposta:

- A a falta de paralelismo no último segmento.
 - B a ambiguidade do termo “conservar a saúde”.
 - C o emprego indevido da vírgula.
 - D a má colocação do pronome em “se preferiria”.
 - E o emprego de “única maneira” em lugar de “maneira única”.
-

Questão 09 - Língua Portuguesa

A frase em que a preposição DE é exigida por um termo anterior é:

Resposta:

- A** “Um homem cheio DE si é sempre vazio”.
 - B** “Só em fila DE aeroporto eu assumo que já passei dos 70”.
 - C** “A voz do povo tem alguma coisa DE divino”.
 - D** “A vida é só uma tigela DE cerejas”.
 - E** “Um homem DE coragem é maioria”.
-

Questão 10 - Língua Portuguesa

“A vida é como uma escada rolante, pois você pode se mover para frente ou para trás, mas não pode permanecer parado”.

O conector da frase acima que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

Resposta:

- A** como = comparação.
- B** pois = causa.
- C** para = finalidade.
- D** ou = oposição.
- E** mas = adição.

Questão 11 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Em relação à ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa **INCORRETA**.

Resposta:

- A** A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente devem ser liminarmente indeferidas pelo relator.
 - B** Proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admite desistência.
 - C** O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, pode, por despacho irrecorrível, admitir a manifestação do *amicus curiae*.
 - D** Não se admite intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal
- E** Federal, por maioria absoluta de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

Questão 12 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Durante o licenciamento do Presidente do Senado Federal, a Presidência do Congresso Nacional deverá ser ocupada pelo

Resposta:

- A** 1º Vice-Presidente do Senado Federal.
 - B** Presidente da República.
 - C** Presidente da Câmara dos Deputados.
 - D** Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - E** 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.
-

Questão 13 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

José da Silva foi acusado por crime de violência doméstica e familiar, praticado, em tese, após a diplomação e posse no mandato eletivo de Deputado Federal do qual é titular no Município do Rio de Janeiro. Nessa hipótese, levando-se em consideração a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Questão de Ordem na Ação Penal nº 937/RJ, o processo penal deverá tramitar perante

Resposta:

- A** o Supremo Tribunal Federal.
 - B** um dos Juízos Federais da Sessão Judiciária do Rio de Janeiro.
 - C** o Tribunal Superior Eleitoral.
 - D** um dos Juízos de Direito da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.
 - E** o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
-

Questão 14 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Governador de Estado foi condenado pela prática de crime de responsabilidade, ao final de processo de *impeachment*, por tribunal especial misto. Ao Chefe do Poder Executivo estadual, então, serão aplicadas as sanções de

Resposta:

- A** perda do cargo, exclusivamente.
- B** perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- C** inelegibilidade, por três anos, após o cumprimento da pena.
- D** perda do cargo, com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública.
- E** inabilitação, por dez anos, para o exercício de função pública, exclusivamente.

Questão 15 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Acerca da súmula vinculante, assinale a alternativa que não reflete o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

Resposta:

- A** A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- B** Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- C** Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de

servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

- D** É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

- Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como
- E** indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado nem ser substituído por decisão judicial.
-

Questão 16 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

O transconstitucionalismo, também designado de “interconstitucionalismo” ou “cross-constitucionalismo”, pode ser identificado

Resposta:

- A** pelo asseguramento do máximo das garantias possíveis e adequadas quanto ao exercício dos direitos fundamentais.
- B** pela utilização de redes sociais para a elaboração de Constituições no contexto da democracia cibernética.
- C** pelo aproveitamento ou uso de conhecimento estrangeiro já desenvolvido em torno de princípios compartilhados, em ordem a resolver controvérsias constitucionais que excedem aos limites dos territórios nacionais.
- D** pela submissão de Constituições outorgadas à consulta popular sob a forma de plebiscito ou referendo.
- E** pelo movimento de superação da clássica antinomia entre o naturalismo e o positivismo jurídicos.
-

Questão 17 - Direito Civil

Constituem formas indiretas do cumprimento da obrigação:

Resposta:

- A consignação, mora, prescrição, sub-rogação.
 - B imputação, decadência, prescrição, dação.
 - C novação, dação, imputação, mora.
 - D compensação, novação, confusão, remissão.
 - E compensação, remição, sub-rogação, imputação.
-

Questão 18 - Direito Civil

Constitui causa suspensiva para o casamento:

Resposta:

- A quando os nubentes são ascendentes ou descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- B quando os nubentes são irmãos unilaterais ou bilaterais.
- C quando os nubentes possuem parentesco por afinidade em linha reta.
- D quando os nubentes são o adotado e o filho do adotante.
- E quando o nubente é divorciado, enquanto não houver sido decidida a partilha de bens do

casal.

Questão 19 - Direito Civil

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Resposta:

- A** A desconsideração da pessoa jurídica é um mecanismo estabelecido em lei para responsabilizar sócios e proprietários de um negócio por dívidas da empresa.
- B** A desconsideração da pessoa jurídica permite que bens particulares dos administradores e sócios possam ser atingidos pelo credor da pessoa jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica.
- C** Para fins de caracterização do abuso da personalidade jurídica, faz-se necessária a comprovação cumulativa do atuar em desvio de finalidade, bem como da ocorrência de confusão patrimonial.
- D** O juiz, a requerimento da parte interessada ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, poderá desconsiderar a personalidade jurídica quando presentes os requisitos legais.
- E** Entende-se por desvio de finalidade a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e praticar atos ilícitos de qualquer natureza.
-

Questão 20 - Direito Civil

Com base na análise das premissas a seguir:

- (1ª) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei;

- (2ª) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio;
- (3ª) A forma constitui elemento accidental do negócio jurídico;
- (4ª) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, mesmo que venha a cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;
- (5ª) As condições físicas ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, não invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.

É correto afirmar que

Resposta:

- A todas as premissas são incorretas.
- B somente estão corretas a 1ª e 2ª premissas.
- C somente estão corretas a 4ª e 5ª premissas.
- D somente a 2ª premissa é correta.
- E são incorretas a 5ª e 1ª premissas.

Questão 21 - Direito Civil

Com base na análise das premissas a seguir:

- (1ª) Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o filho ou filhos e, na falta destes, os pais;
- (2ª) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato é, de direito, curador do outro;
- (3ª) A curatela pode ser aplicada ao nascituro, na forma da lei;

(4ª) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal, será obrigatória a prestação de contas, em caso de determinação judicial;

(5ª) A nomeação de curador para a pessoa com deficiência será realizada sempre de forma individual.

É correto afirmar que

Resposta:

- A** todas as premissas são incorretas.
- B** somente são incorretas a 1ª e 2ª premissas.
- C** somente são incorretas a 4ª e 5ª premissas.
- D** somente a 4ª premissa é incorreta.
- E** somente são incorretas a 1ª e 5ª premissas.

Questão 22 - Direito Civil

Com base na análise das premissas a seguir:

(1ª) O testamento do incapaz convalida-se pela superveniência da capacidade;

(2ª) Mediante escrito particular próprio, datado e assinado, toda pessoa capaz de testar poderá fazer disposições especiais sobre o seu enterro;

(3ª) O testamento cerrado é uma modalidade de testamento especial;

(4ª) O testamento particular pode ser escrito em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam;

(5ª) O cego pode fazer testamento público ou cerrado, observados os requisitos da lei.

É correto afirmar que

Resposta:

- A** todas as premissas são corretas.
 - B** somente são corretas a 1ª e 2ª premissas.
 - C** somente são corretas a 2ª e 4ª premissas.
 - D** somente a 4ª premissa é correta.
 - E** somente são corretas a 1ª e 5ª premissas.
-

Questão 23 - Direito Processual Civil

Em um processo de execução de alimentos, o exequente pode

Resposta:

- A** requerer a intimação do executado para pagar em três dias o valor exigido.
 - B** requerer a prisão do executado por prazo nunca superior a seis meses.
 - C** abrir mão do emprego da prisão como meio executivo.
 - D** requerer o desconto em folha de pagamento do valor da pensão apenas para satisfação dos créditos já vencidos.
 - E** requerer a citação do executado para contestar o pedido em 15 dias.
-

Questão 24 - Direito Processual Civil

Qual das alternativas acerca do procedimento comum é **FALSA**?

Resposta:

- A** O procedimento comum é normalmente dividido em duas fases, encerrando-se a primeira com a decisão de saneamento e organização do processo.
 - B** É admissível a cisão do objeto do processo, resolvendo-se uma parcela do mérito em momento distinto daquele em que se profere a sentença.
 - C** O pronunciamento que exclui alguns litisconsortes do processo é decisão interlocutória.
 - D** A decisão de saneamento do processo, após o decurso do prazo de cinco dias, faz coisa julgada.
 - E** Contestação e reconvenção podem ser oferecidas na mesma petição.
-

Questão 25 - Direito Processual Civil

Qual dos negócios processuais a seguir não é típico?

Resposta:

- A** Nomeação convencional do perito.
- B** Convenção para redistribuição do ônus da prova.
- C** Pacto de impenhorabilidade.
- D** Nomeação convencional de depositário judicial.



Eleição de foro.

Questão 26 - Direito Processual Civil

Assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A** É inadmissível a cooperação judiciária nacional por concertação.
 - B** A cooperação judiciária internacional exige a observância do devido processo legal no país requerente e também no requerido.
 - C** A cooperação judiciária nacional nunca pode levar à prática de atos conjuntos por dois ou mais juízos.
 - D** A cooperação judiciária nacional depende da observância de formalidades estritamente descritas em lei.
 - E** A carta precatória não é um mecanismo de cooperação judiciária.
-

Questão 27 - Direito Processual Civil

Sobre a competência absoluta, assinale a alternativa **INCORRETA**.

Resposta:

- A** Pode ser modificada no curso do processo, afastando-se a regra da perpetuação da competência.
- B** Não pode ser modificada por vontade das partes.

- C Pode ser modificada por força do incidente de assunção de competência.
 - D Nunca pode ser modificada.
 - E É fixada tendo em conta o interesse público.
-

Questão 28 - Direito Processual Civil

Pedro ajuizou, perante uma Vara Cível da Comarca da Capital, demanda de cobrança em face de João e Maria. Afirma na petição inicial que os réus, companheiros, são ambos responsáveis pela dívida contraída por João, já que a obrigação foi assumida em favor da família. Pede, então, a condenação de ambos ao pagamento do valor cobrado. Citados, ambos os réus contestaram. João alegou em sua defesa que a dívida estava prescrita. Maria também alegou a prescrição e, além disso, afirmou que jamais viveu em união estável com João, razão pela qual não poderia ser considerada corresponsável pela dívida. A sentença afastou a prescrição e, tendo considerado que foi provada a existência da união estável entre os réus e que a dívida foi contraída em benefício da família, julgou procedente o pedido e condenou João e Maria a efetuar o pagamento.

Acerca desse caso, assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A A declaração de união estável faz coisa julgada, por se tratar de questão prejudicial de que dependia a resolução do mérito.
- B Como havia discussão acerca da existência ou não de união estável, a competência era das Varas de Família.
- C Só haveria coisa julgada sobre a questão prejudicial se ambos os réus tivessem deixado de oferecer contestação.

- D** Contra a decisão que afastou a prescrição cabe agravo de instrumento, por ter natureza de decisão interlocutória.
- E** O litisconsórcio passivo formado era facultativo e simples.
-

Questão 29 - Direito Empresarial

João firmou cédula de crédito cujo pagamento estava garantido por automóvel, não pagou e foi citado em ação de busca e apreensão um dia antes do decurso do prazo prescricional. Todavia, a conversão em ação de execução ocorreu uma semana depois (por não ter havido êxito na apreensão), quando, então, João peticionou nos autos, alegando prescrição.

Está prescrita a pretensão executória? A citação na ação de busca e apreensão com base no mesmo título tem algum efeito sobre a prescrição?

Com relação a esses questionamentos, assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A** Não há prescrição, pois a citação na ação de busca e apreensão interrompeu a prescrição.
- B** Há prescrição pelo princípio *in dubio pro* consumidor.
- C** A ação executória não prescreve; logo, é irrelevante a citação na ação de busca e apreensão.
- D** Há prescrição, pois as ações não se baseiam no mesmo título.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.
-

Questão 30 - Direito Empresarial

A empresa Conta Certa prestava serviço ao Curso Sabe Tudo, recebendo valores de mensalidade e transferindo-os integralmente para o Curso. Ocorre que, devido à pandemia, a empresa Conta Certa apresentou pedido de recuperação judicial, estando na posse de valores do Curso Sabe Tudo.

Considerando que a não transferência desses valores configura descumprimento do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, que previa o repasse integral dessas quantias, esses valores estão ou não submetidos ao plano de recuperação judicial?

Assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A** Todo e qualquer valor ou bem na posse da empresa está sujeito à recuperação judicial, independentemente da natureza do contrato.
- B** Nenhum valor depositado em instituição financeira está sujeito à recuperação judicial.
- C** Não estão submetidos à recuperação judicial valores de terceiros cuja não transferência configure descumprimento contratual.
- D** A transferência de valores para terceiros não está submetida à recuperação judicial, independentemente da existência de contrato prevendo o repasse.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.

Questão 31 - Direito Empresarial

Manoel é acionista minoritário de sociedade anônima de capital aberto, portanto, investidor que adquiriu ações negociadas no mercado de valores mobiliários. Pretendendo processar a empresa pela desvalorização de suas ações por má gestão, poderá invocar o Código de Defesa do Consumidor?

Assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A** Não, pois embora seja relação de consumo, há exclusão expressa na legislação.
 - B** Sim, visto que nada afasta dos direitos do consumidor.
 - C** Sim, porém, somente para pleitear indenização por danos morais.
 - D** Não, pois a relação não é de consumo, e sim empresarial.
 - E** Nenhuma das respostas anteriores.
-

Questão 32 - Direito Empresarial

Decisão judicial fixou os honorários do Administrador Judicial da Falência em 10% (dez por cento) do valor do passivo. Pode o Ministério Público recorrer da decisão que fixa os honorários do administrador na recuperação judicial e falência?

Assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A** O Ministério Público é legítimo para recorrer da fixação dos honorários do administrador somente na falência.
- B** O Ministério Público é parte legítima para recorrer da decisão que fixa os honorários do administrador na recuperação judicial e na falência.
- C** O Ministério Público não é parte legítima para recorrer da decisão que fixa os honorários do administrador na recuperação judicial.

- D O Ministério Público não tem interesse processual em recorrer do valor de honorários.
- E Nenhuma das respostas anteriores.
-

Questão 33 - Direito Empresarial

José é inventariante e, representando o espólio, pretende votar em assembleia de sociedade anônima da qual o falecido era sócio, com a pretensão de alterar o controle da companhia e vender bens do acervo patrimonial cujo benefício não se reverterá a todos os herdeiros.

Pode o inventariante votar em assembleia de sociedade anônima a favor de alteração que beneficia os herdeiros de forma desigual e desproporcional?

Assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A O espólio pode votar apenas em matérias de menor importância para a sociedade anônima.
- B O espólio não pode exercer direito de voto de ações que o integram.
- C O inventariante pode votar da forma que quiser na assembleia e sem autorização de ninguém.
- D O inventariante pode votar na assembleia desde que beneficie os herdeiros de forma proporcional e isonômica.
- E Nenhuma das respostas anteriores.
-

Questão 34 - Direito Empresarial

Tício emprestou cheques preenchidos para serem utilizados por Mévio apenas em certas ocasiões, porém, Mévio descontou todos os cheques imediatamente.

Pode Tício exigir que o banco recuse o pagamento dos cheques ou devolva o valor pago porque os aceitou fora das hipóteses convencionadas apenas com Mévio?

Assinale a alternativa correta.

Resposta:

- A** O dever de garantia do emitente do cheque não pode ser afastado, especialmente porque o banco não tinha ciência da avença.
- B** O emitente sempre pode exigir que o banco recuse o pagamento de cheque.
- C** O banco deveria ter perguntado se havia algum acordo entre quem descontava e quem emitiu o cheque antes de pagar.
- D** Como não existe dever de garantia do emitente no cheque, seria possível recusar o pagamento.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.

Questão 35 - Direito Penal

Sobre o concurso de pessoas, pode-se afirmar corretamente que

Resposta:

- A** os crimes próprios não admitem concurso, ao contrário dos delitos culposos.
- B** não é possível se os crimes são monossubjetivos.

- C** os crimes omissivos impróprios admitem a coautoria.
- D** segundo a teoria unitária, adotada pelo Código Penal, todos responderão em igualdade de condições.
- E** a combinação prévia entre os agentes e a adesão subjetiva à vontade do outro são indispensáveis no concurso.
-

Questão 36 - Direito Penal

Considere as premissas a seguir.

(1ª) Imaginando que a vítima está morta, Fulano, causador do homicídio culposo, não lhe presta socorro; logo, não responderá por qualquer causa de aumento de pena.

(2ª) No crime de injúria, só se admite a exceção da verdade se o ofendido for funcionário público e estiver no exercício das suas funções.

(3ª) A coação produz evidentes consequências no direito. No campo penal, seja ela física ou moral, desde que irresistível, se o coagido lesiona terceiro, só responderá pelo fato o coator, porque afastada a ação do coagido.

(4ª) Se foi praticado um delito de furto e antes do oferecimento da denúncia entrou em vigor uma nova lei bem mais gravosa em relação a esse crime, o caso concreto vai configurar a ultratividade da lei penal.

(5ª) A doutrina penal trabalha com o roubo próprio e o roubo impróprio, com a culpa própria e a culpa imprópria, e com a arma própria e a arma imprópria.

Diante do exposto, pode-se afirmar corretamente que

Resposta:

- A** todas são falsas.
- B** somente são verdadeiras a 3ª e a 5ª.

- C** são verdadeiras a 4ª e a 5ª.
- D** somente a 2ª é verdadeira.
- E** são falsas a 1ª e a 5ª.
-

Questão 37 - Direito Penal

Considere as premissas a seguir.

- (1ª) O crime de terrorismo exige o concurso necessário.
- (2ª) Para a consumação do crime de terrorismo, é necessária a prova de um especial fim e de um especial motivo de agir.
- (3ª) O crime de terrorismo admite a forma culposa.
- (4ª) Configura o crime de terrorismo a conduta de movimentos sindicais direcionados por propósitos sociais, ainda que visando a apoiar garantias constitucionais.
- (5ª) Ao punir o terrorismo, a lei especial tipifica atos preparatórios.

Diante do exposto, pode-se afirmar corretamente que

Resposta:

- A** todas são falsas.
- B** todas são verdadeiras.
- C** são verdadeiras a 2ª e a 5ª.
- D** somente a 2ª é verdadeira.
- E** são falsas a 3ª e a 5ª.
-

Questão 38 - Direito Penal

Assinale a alternativa correta em relação ao crime previsto no artigo 122 do Código Penal.

(1ª) Se da tentativa de suicídio resultam lesões corporais leves, o fato é atípico.

(2ª) A tentativa de suicídio praticada por vítima com catorze anos de idade, da qual resultam lesões corporais de natureza grave, configura forma qualificada do crime.

(3ª) Se o induzimento ou a instigação ao suicídio são praticados pela *internet*, configura-se crime previsto na denominada Lei dos Crimes Cibernéticos (nº 12.737/2012).

(4ª) Para a configuração do crime, é necessário que a vítima, ao menos, tente pôr fim à própria vida, sendo atípico se ela apenas deseja se autolesionar.

(5ª) A jurisprudência e a doutrina pacificaram o entendimento acerca da possibilidade de prática do crime através da modalidade culposa.

Considerando as premissas apresentadas, pode-se afirmar corretamente que

Resposta:

- A todas são verdadeiras.
- B somente a 1ª e a 2ª são verdadeiras.
- C são verdadeiras a 3ª e a 4ª.
- D somente a 2ª é verdadeira.
- E são falsas a 3ª e a 5ª.

Questão 39 - Direito Penal

Considere as premissas a seguir.

(1ª) No que diz respeito ao estado de necessidade, é correto afirmar que o Código Penal adotou a teoria diferenciadora.

(2ª) Pela teoria psicológica da culpabilidade, o dolo e a culpa a integram, e a imputabilidade é pressuposto da pena.

(3ª) É inescusável desconhecer a lei; assim, se o agente erra sobre a ilicitude do fato, a sua pena será atenuada.

(4ª) Segundo a doutrina dominante, em relação à participação, foi adotada a teoria da acessoriedade limitada.

(5ª) A confissão extrajudicial que, apesar de retratada em juízo, foi usada para fundamentar a sentença condenatória não pode ser utilizada como atenuante.

Diante do exposto, pode-se afirmar corretamente que

Resposta:

- A são falsas a 1ª, a 4ª e a 5ª.
 - B somente a 1ª e a 3ª são verdadeiras.
 - C são verdadeiras a 2ª e a 4ª.
 - D somente a 4ª é verdadeira.
 - E somente a 5ª é verdadeira.
-

Questão 40 - Direito Penal

Considere as premissas a seguir.

(1ª) Somente a ocupação laborativa é capaz de configurar a lesão corporal grave.

(2ª) Há crime de rixa se participaram apenas três pessoas, mas uma é menor.

(3ª) Se o ofendido é funcionário público, a exceção da verdade no crime de injúria só é possível se a ofensa for relativa ao exercício das funções.

(4ª) No homicídio, não há como diminuir a pena na forma do § 1º, do artigo 121 se o mesmo crime é qualificado pelo resultado.

(5ª) Para a caracterização da majorante do tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal, é necessária a transposição das respectivas fronteiras, não bastando a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

Diante do exposto, pode-se afirmar corretamente que

Resposta:

- A todas são falsas.
- B somente a 1ª é verdadeira.
- C são verdadeiras a 2ª e a 3ª.
- D somente a 2ª é verdadeira.
- E são falsas a 3ª e a 5ª.

Questão 41 - Direito Processual Penal

Maria Antônia ofereceu queixa-crime em face de Dorotéia da Silva, imputando-lhe a prática de crime de calúnia. Designada audiência de conciliação, a querelante, por ter se acidentado, não compareceu ao ato. Intimada para justificar sua ausência, Maria Antônia deixou transcorrer *in albis* o prazo para fazê-lo. Foi então julgada extinta a punibilidade do fato imputado a Dorotéia. Pergunta-se: Qual foi o fundamento da decisão judicial?

Resposta:

- A Retratação.
 - B Renúncia.
 - C Perempção.
 - D Decadência.
 - E Perdão.
-

Questão 42 - Direito Processual Penal

Severino, após tentar matar desafeto seu, Fulgêncio, e visando a assegurar a impunidade pelo crime praticado, dirigiu-se à Delegacia de Polícia, onde registrou ocorrência por roubo e apontou Fulgêncio como o assaltante, sustentando, então, ter agido em legítima defesa. Para conferir maior credibilidade à sua versão, fez-se acompanhar da sua namorada, Rita, e do primo desta, Rafael, este menor, com dezesseis anos de idade, os quais confirmaram a história relatada por Severino. Após intensa investigação policial, a farsa foi descoberta. Severino deverá ser responsabilizado pelos crimes de tentativa de homicídio, denúncia caluniosa e corrupção de menores; Rita, pelo crime de denúncia caluniosa e corrupção de menores; e Rafael, por ato infracional análogo ao crime de denúncia caluniosa. Pergunta-se: Qual é o Juízo competente para processá-los?

Resposta:

- A Todos perante o Tribunal do Júri.
- B Severino perante o Tribunal do Júri; Rita perante uma Vara Criminal comum, e Rafael perante o Juizado da Infância e da Juventude.
- C Severino e Rita perante o Tribunal do Júri, e Rafael perante o Juizado da Infância e da Juventude.

- D Todos perante o Juizado da Infância e da Juventude.
- E Severino perante o Tribunal do Júri, e Rita e Rafael perante o Juizado da Infância e da Juventude.
-

Questão 43 - Direito Processual Penal

Escolha a alternativa correta.

Resposta:

- A Antes de transitar em julgado a sentença penal, o bem apreendido jamais poderá ser restituído ao seu proprietário.
- B Para a decretação do sequestro dos bens móveis do réu, é imprescindível prova inequívoca da sua procedência ilícita.
- C O óbito do réu no curso da ação penal importa no levantamento do sequestro.
- D O ofendido tem legitimidade somente para requerer hipoteca legal sobre os imóveis do réu.
- E Compete ao juiz criminal decidir incidentalmente a restituição do bem apreendido quando houver dúvida acerca da sua propriedade.
-

Questão 44 - Direito Processual Penal

José Mota, Delegado de Polícia titular da DRFC, investigando uma associação criminosa especializada em roubo de carga de caminhões de conhecida fábrica de bebidas, apurou que o principal receptador do bando seria Moacir Andrade, que se encarregaria de revender a mercadoria subtraída a diversos comerciantes localizados na Baixada Fluminense. Assim, José

Mota, fazendo-se passar por um desses comerciantes, fez contato com Moacir e lhe encomendou 50 engradados de cerveja. No dia e no local aprezados, quando Moacir descarregava a mercadoria, que se comprovou ser de procedência ilícita, José e sua equipe o prenderam em flagrante delito.

A hipótese em exame é de

Resposta:

- A** flagrante ficto ou presumido.
- B** flagrante forjado.
- C** flagrante esperado.
- D** flagrante preparado.
- E** flagrante diferido.

Questão 45 - Direito Processual Penal

É correto afirmar:

Resposta:

- A** Presentes os pressupostos legais, a proposta de suspensão condicional do processo pode ser feita pelo juiz se o MP não a apresentar.
- B** Uma vez suspenso o curso do processo e do prazo prescricional com base no artigo 366 do Código de Processo Penal, o processo assim permanecerá até que o acusado seja localizado ou constitua advogado.

- C Aplicam-se ao procedimento da competência do JECRIM todas as formas de citação previstas no Código de Processo Penal.
- Uma vez transcorrido o período de prova da suspensão condicional do processo, deve o
- D juiz extinguir a punibilidade do fato imputado, não cabendo mais apurar eventual descumprimento de alguma das condições impostas.
- E A transação civil no JECRIM importa na extinção da punibilidade do fato imputado pela renúncia ao direito de queixa ou de representação, se for o caso.
-

Questão 46 - Direito Processual Penal

Em matéria de Execução Penal, pode-se afirmar:

Resposta:

- A O condenado por crime de associação para o tráfico de drogas, não reincidente, tem direito ao livramento condicional se cumprido período superior a 1/3 da pena.
- B Em caso de falta grave, a regressão cautelar de regime prisional pressupõe a prévia oitiva do apenado.
- C A aprovação no ENEM pode importar em remição da pena se a conclusão do Ensino Médio ocorrer durante o seu cumprimento.
- D O ingresso no regime semiaberto importa na automática concessão de saída temporária.
- E Ao apenado em cumprimento de pena em regime semiaberto, pode ser concedida prisão domiciliar nas hipóteses previstas no artigo 117 da LEP.
-

Questão 47 - Direito do Consumidor

Feita a publicidade de determinado produto durável, constou ostensivamente desta que o prazo de garantia seria de um ano. Após um ano e sete dias da aquisição do referido bem por Camila, o produto apresentou vício que o tornava inadequado para o uso a que se destina. Feita a reclamação em relação ao vício, o fornecedor alegou que inexistia garantia, ante a ausência de termo de garantia por escrito, e que, de qualquer forma, ainda que se considerasse o que constou da publicidade, o decurso do prazo de um ano, por si só, já excluiria a incidência da garantia. A esse respeito, é correto afirmar que

Resposta:

- assiste razão ao fornecedor, já que a garantia não pode decorrer exclusivamente de
- A** mensagem publicitária e, uma vez transcorrido prazo superior a um ano, estaria de qualquer forma expirada a garantia.
- assiste razão ao fornecedor, já que, apesar de a garantia poder decorrer exclusivamente
- B** de mensagem publicitária, uma vez transcorrido prazo superior a um ano, estaria de qualquer forma expirada a garantia.
- não assiste razão ao fornecedor, já que a garantia pode decorrer exclusivamente de
- C** mensagem publicitária e, apesar de transcorrido prazo superior a um ano, o prazo total de garantia é de um ano e noventa dias, em virtude da incidência da garantia legal.
- não assiste razão ao fornecedor, já que a garantia pode decorrer exclusivamente de
- D** mensagem publicitária e, apesar de transcorrido prazo superior a um ano, o prazo total de garantia é de um ano e trinta dias, em virtude da incidência da garantia legal.
- não assiste razão ao fornecedor, já que a garantia será sempre de cinco anos, conforme disposto no Código de Defesa do Consumidor.
- E**

Questão 48 - Direito do Consumidor

Cristiane, enquanto conduzia sua bicicleta por uma via de tráfego intenso, fez uma manobra arriscada, cortando indevidamente um coletivo de propriedade de uma empresa de transporte rodoviário, resultando assim em seu atropelamento.

Em matéria de responsabilidade civil, pode-se afirmar que

Resposta:

- A** não se aplica o Código de Defesa do Consumidor, já que não há, na hipótese, relação de consumo.
- B** há responsabilidade da empresa de transporte pelo fato do serviço, já que a responsabilidade no caso é objetiva e Cristiane está na qualidade de consumidor por equiparação.
- C** há responsabilidade da empresa de transporte pelo fato do serviço, já que a responsabilidade no caso é objetiva e Cristiane está na qualidade de consumidor padrão ou *standard*.
- D** trata-se de caso de vício do serviço, estando Cristiane na qualidade de consumidor por equiparação.
- E** não há responsabilidade da empresa de transporte, em virtude de o acidente ter sido provocado pelo consumidor.

Questão 49 - Direito do Consumidor

Virgílio adquiriu, no dia 01 de fevereiro de 2021, por meio de aplicativo de seu *smartphone*, passagem aérea, ida e volta, para São Paulo, marcada para 22 de julho do mesmo ano. Três dias após a realização da compra, Virgílio foi avisado do cancelamento do evento profissional do qual ele participaria naquela cidade, motivo pelo qual providenciou imediatamente, porém sem êxito, o cancelamento da compra das passagens com a restituição do valor pago. Permaneceu

tentando resolver a questão administrativamente junto à companhia aérea, inclusive após o prazo designado para a viagem. Constatou que o mencionado avião fez os percursos de ida e volta com a lotação totalmente esgotada.

Pode-se afirmar que

Resposta:

- A** não há relação de consumo na hipótese, já que a viagem era para fins profissionais.
- B** apesar de haver relação de consumo na hipótese, inexistente previsão de cancelamento de compra já realizada.
- C** apesar de haver relação de consumo e previsão de cancelamento da compra, há de prevalecer o princípio constitucional da força obrigatória dos contratos.
- D** Virgílio, na qualidade de consumidor, tem direito a desistir do contrato celebrado fora do estabelecimento no prazo de sete dias, especialmente ficando demonstrado que o lugar do passageiro foi ocupado por outra pessoa.
- E** a regra aplicável ao caso é a do Protocolo de Montreal.

Questão 50 - Direito do Consumidor

Venâncio, jogando futebol, teve o ligamento cruzado anterior do joelho esquerdo rompido, tendo sido submetido a uma cirurgia realizada por médico especialista, com pagamento direto de honorários, porém em um hospital credenciado pelo plano de saúde do paciente.

Considerando que, em decorrência da cirurgia, já que o ambiente cirúrgico notória e comprovadamente não estava esterilizado, Venâncio foi acometido de infecção hospitalar, a qual foi controlada após vinte e um dias de internação para ser ministrado antibiótico venoso, pode-se afirmar que

Resposta:

- A** a responsabilidade da entidade hospitalar, no caso, é objetiva, enquanto a responsabilidade do médico é subjetiva.
 - B** não há responsabilidade civil do médico, mas tão somente da entidade hospitalar.
 - C** a responsabilidade do médico e da entidade hospitalar é objetiva.
 - D** a responsabilidade do médico e da entidade hospitalar é subjetiva.
 - E** a responsabilidade da entidade hospitalar, no caso, é subjetiva, enquanto a responsabilidade do médico é objetiva.
-